

PRESIDÊNCIA/SGM

Projeto de Lei n. 3.376, de 2004, do Sr. Rubens Otoni, que *acrescenta parágrafo único ao art. 24 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)*", tendo como apensados os Projetos de lei de números 6.812, de 2006, e 1.463, de 2007, estes que trazem apensados os Projetos de Lei de números 4.327, de 2008, e 4.624, de 2009.

Em: 19/5/2009

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou parecer da lavra do Sr. Deputado Régis de Oliveira, relator do PL 3.376/2004 e apensados, concluindo pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação simultânea dos PLs 3.376/2004, 1.463/2007, 6.812/2006 e 4.327/2008, assim como pela injuridicidade e rejeição do PL 4.624/2009.

É lícita a aprovação de mais de uma proposição apensada, quando não forem idênticas, porém é mister a elaboração de um substitutivo que concilie os textos, porque não podem coexistir textos diversos sobre a mesma matéria aprovados de uma só vez, o que inviabiliza não apenas o processo legislativo, mas também a própria vigência dos diplomas legais propostos, tendo em consideração as regras de revogação das leis.

Nessa contextura, valendo-me do estatuído no art. 130, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, determino a devolução do PL 3.376, de 2004, e de todos os que lhe foram direta ou indiretamente apensados, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para adequação às normas do processo legislativo.

Oficie-se. Publique-se.



MICHEL TEMER
Presidente